

## POR UM URBANISMO ESTRATÉGICO, DECISÓRIO E HEURÍSTICO

*François Acher \**

Ao urbanismo planificador e voluntarista dos anos 1960-70, apoiado em concepções "racionalistas" da planificação urbana, sucedeu, muitas vezes, em finais dos anos 1970 e na década de 1980, um urbanismo de tipo liberal e concorrencial.

No contexto da crise económica e das necessárias reestruturações, estes novos desenvolvimentos registaram alguns êxitos.

Num primeiro momento, a desregulamentação e a gestão privada das operações urbanas conseguiram, em certas zonas, atrair investimentos, aliviar as finanças públicas e modernizar os sistemas de gestão. Mas verifica-se agora que este tipo de urbanismo defronta também alguns limites; a insuficiência da planificação urbana nestas zonas de desenvolvimento e as dificuldades e custos que podem resultar ameaçam já dissuadir os próprios investidores privados. Em certo número de casos, vêm juntar-se dificuldades sociais graves.

Daí que seja necessário pôr em prática novas formas de planificação, que não repitam os erros dos anos sessenta nem as insuficiências dos anos oitenta.

Tanto mais que o contexto técnico-económico necessita das novas qualidades urbanas.

Efectivamente, o desenvolvimento actual das cidades inscreve-se na prossecução do processo geral de urbanização e a riqueza das cidades continuará a basear-se na quantidade e na variedade do que elas tornam acessível.

As cidades serão cada vez mais densas; mas com as novas tecnologias de comunicação, a densidade exprimir-se-á sob novas formas, particularmente pela densidade e pela qualidade das redes. A uma polarização clássica irão suceder diversas formas de multi-polarização.

Ora, as performances das redes dependem da importância dos nós, da finura das malhas e da qualidade das conexões.

Na medida em que a lógica do desenvolvimento privado participa num desenvolvimento fragmentado das cidades e, aparentemente, mais ou menos escolástica, a responsabilidade da nova planificação urbana não consiste em opor-se a este dinamismo em nome de uma programação necessária, mas em transformar estes fragmentos em componentes de redes e em assegurar as malhas necessárias e conexões de todos os tipos.

Esta lógica económica e estas novas formas urbanas excluem tanto o empirismo liberal como a planificação tecnocrática. Em contra partida, elas necessitam, por parte dos poderes públicos, simultaneamente da definição e da explicitação de objectivos de longo prazo e de um pragmatismo assente em instrumentos poderosos.

Trata-se de promover um "urbanismo estratégico e decisório", que articule as ambições de longo prazo com a gestão quotidiana, o global com o local, o geral com o particular, as capacidades criativas das iniciativas privadas com os meios reguladores dos poderes públicos.

Os passos desta "planificação urbanística" são os seguintes:

-a formulação de objectivos de longo prazo claros, interpretáveis por todos os agentes de forma criativa; é o "projecto de cidade". Não é um plano, mas o resultado de um processo político;

-a elaboração de "opções estratégicas", que definem vias e meios plausíveis para realizar o projecto de cidade, no seu todo ou em parte, apoiando-se em agentes, espaços, instrumentos e métodos de intervenção;

-a criação de um "aparelho de *management* urbano", capaz de operacionalizar a estratégia, isto é, de articular a tomada de decisões com a gestão. Esta necessita de um sistema que permita apreciar as potencialidades e os perigos de todos os acontecimentos, de todas as propostas, a sua possível contribuição para a realização de uma opção estratégica e do projecto de cidade, ou os eventuais impactos negativos e as necessárias correcções.

Esta nova planificação urbana necessita:

- de novos conceitos para formalizar o projecto de cidade e para que este tenha expressão;
- de critérios explícitos de tomada de decisão;
- do desenvolvimento de instrumentos de conhecimento, de gestão e de avaliação adaptados a abordagens "heurísticas" e à condução estratégica;
- da concepção de um urbanismo de parceria, convencional, mais "regra do jogo" do que regulamento de ocupação dos solos, que permita aos agentes públicos e privados, individuais e colectivos, serem parceiros activos do projecto de cidade;
- o apuramento de regras "de desempenho" urbanístico, que definam os objectivos a realizar mas sem tornar rígidos os meios para os atingir;
- a procura de novos modos de relações entre a planificação, a programação, o plano e o design;
- a procura de novas formas urbanas (redes e "caos");
- o desenvolvimento da participação dos habitantes na concepção e nas escolhas urbanísticas, mediante a utilização de técnicas informáticas de concepção, de representação e de simulação.

## A CRISE DO DIRIGISMO E DO NEO-LIBERALISMO NA PLANIFICAÇÃO URBANA

### 1. O urbanismo planificador e voluntarista

Os anos sessenta e o início dos anos setenta constituíram, na maioria dos países desde há muito industrializados, um período relativamente fausto da planificação urbana<sup>1</sup>, mesmo quando correntes teóricas contrastadas se opuseram e sucederam, ou quando se desenvolveram práticas muito variadas.<sup>2</sup>

De maneira geral, pode relacionar-se esta abordagem planificadora do urbanismo com o contexto "tayloriano" e "fordiano", por um lado, e com o keynesianismo, por outro lado. O fordismo e o taylorismo exprimiram-se sob a forma:

- do desenvolvimento da produção e do consumo de massa no automóvel, nos bens de equipamento das famílias, no alojamento<sup>3</sup>;

---

<sup>1</sup> Neste texto, tanto utilizamos a palavra "urbanismo", como "planificação urbana", ou mesmo "planificação urbanística"! É claro que, consoante os países - e sobretudo consoante as línguas - existe uma grande variedade de noções: em França, geralmente faz-se a distinção entre Planificação Urbana e Urbanismo; por vezes, fala-se de Urbanística (pouco utilizado), igualmente num sentido mais limitado de Arquitectura Urbana, ou até de Design Urbano; nos países anglo-saxónicos, vai praticamente do Regional Planning ao Urban Design, passando pelo Town ou City-Planning. Por comodidade, utilizamos neste texto, de forma praticamente indiferenciada, as três expressões (planificação urbana, urbanismo e planificação urbanística) com a mesma vocação genérica.

<sup>2</sup> Peter Hall (1988) traçou de maneira muito sintética a história dos debates teóricos da planificação urbana e das suas relações com o mundo da prática da planificação; sendo o período recente, segundo ele, marcado por uma ruptura importante entre a "Academia" e o mundo exterior da prática.

<sup>3</sup> As cidades estenderam-se graças, sobretudo, ao automóvel; grandes conjuntos verticais ou "horizontais" acolheram os trabalhadores das novas indústrias; os modos de vida mudaram, estruturados na base de um salariado relativamente estável, do aumento do poder de compra ("o operário fordiano") e de uma protecção social (estado providência) que permitem o desenvolvimento do crédito, a compra de uma viatura, o acesso a um alojamento unifamiliar, a aquisição de bens electrodomésticos, o uso do frigorífico. Automóvel, frigorífico e urbanização periférica conduziram ao desaparecimento parcial do pequeno comércio e ao desenvolvimento de grandes superfícies comerciais e, mais tarde, dos centros comerciais.

-da separação entre as funções de direcção e as funções de produção: descentralização da produção industrial para as regiões periféricas, desenvolvimento do terciário nas grandes metrópoles;

-da racionalização "neotayloriana" da ocupação do espaço, geralmente sob a forma de um vasto zoning mono-funcional.

Por sua vez, o keynesianismo justificou o desenvolvimento do "estado providência" e impulsionou a multiplicação de intervenções públicas para estimular o crescimento urbano (infra-estruturas e equipamentos públicos com uma "função redistributiva") e para planificar o desenvolvimento das cidades (para evitar os desequilíbrios provocados pelo livre exercício concorrencial).

Assim se desenharam "cidades fordianas", políticas públicas urbanas neokeynesianas (com a realização de numerosos equipamentos públicos e com um urbanismo mais intervencionista), uma arquitectura e um urbanismo "modernos" (tanto do ponto de vista da racionalidade como da estética).

O êxito destas políticas urbanas foi desigual<sup>4</sup>. Apesar do desenvolvimento de uma série de meios de planificação urbana, as cidades continuavam em crise no início dos anos 1970: estrangulamento quase generalizado (insuficiência das infra-estruturas, atraso dos equipamentos públicos e controlo incompleto do uso do solo), variações não controladas dos preços fundiários e imobiliários, desenvolvimento de desigualdades urbanas importantes.

Foi na base desta constatação que alguns autores, nomeadamente os marxistas, analisaram a planificação urbana como um dispositivo que privilegia de facto interesses particulares (os dos grandes capitalistas) com uma justificação de interesse geral.<sup>5</sup>

Mas foi sobretudo a crise económica que deu os golpes mais decisivos no desenvolvimento da planificação urbana.<sup>6</sup>

## 2. O urbanismo liberal e concorrencial: do pulso planificador à "mão invisível" ...

Na segunda metade dos anos setenta, a crise económica atingiu progressivamente a maior parte dos sectores de actividades económicas e das regiões.

No final do crescimento urbano generalizado, assistiu-se ao desenvolvimento de uma forte taxa de desemprego, principalmente nas velhas regiões industriais, a uma queda brutal da actividade das indústrias da construção civil e obras públicas.

Num primeiro momento, a maior parte dos poderes públicos, conservadores ou sociais-democratas, reagiram acentuando a política do welfare e apoiando as actividades económicas em crise.

---

Economia, organização espacial e modos de consumo estruturam, assim, a "cidade fordiana".

<sup>4</sup> A criação de novos instrumentos de planificação urbana enfrentou muitas vezes numerosas dificuldades e os novos dispositivos revelaram, ao serem utilizados, uma eficácia por vezes bastante limitada (Veltz, 1978). O peso dos processos de planificação conduzia, por vezes, à publicação de planos já caducos de facto, porque publicados após vários anos de preparação. Muitos destes planos eram demasiadamente rígidos para poderem adaptar-se rapidamente (ONU-CEE 1989). Do ponto de vista das teorias da planificação, é o denominado "modelo racional" que é posto em causa. No entanto, este tinha sido progressivamente complexificado, afastando-se de uma abordagem em termos de plano para privilegiar processos mais complexos de programação e de gestão. De facto, alguns autores, como Faludi (1988), consideram que não é o modelo racionalista, como tal, que é necessário pôr em causa, mas as aplicações que dele foram feitas.

<sup>5</sup> Programação dos investimentos urbanos favorável a determinados interesses (Lojkine 1977), organização pelo Estado de um sistema colectivo de consumos (Castells e Godard, 1975), ou ainda a regra de urbanismo como meio de conceder derrogações selectivamente (Preteceille e Pinçon-Charlot, 1980).

<sup>6</sup> Brindley, Rydin e Stoker (1989) assinalam que, no final dos anos 1970, as críticas políticas de direita e de esquerda convergiam para pôr em causa as formas de planificação urbanas praticadas na Grã-Bretanha pela maioria das colectividades locais.

Depois, pouco a pouco, os governos centrais voltaram-se para outras políticas. De maneira muito evidente com Ronald Regan e Margaret Thatcher, de maneira mais discreta quando se tratava de governos sociais-democratas.

O desintervencionismo do Estado e o recurso ao dinamismo do mercado tornaram-se os eixos das novas políticas. O tema da desregulamentação - e da desregulação - substituiu, com intensidades diversas, o da planificação.<sup>7</sup>

Este processo efectua-se mais ou menos brutalmente e com maior ou menor amplitude, consoante os países, os contextos nacionais e as sensibilidades políticas.

Na Grã-Bretanha, o governo de Thatcher pôs em causa os poderes de planificação autoridades locais por meio de um duplo movimento de centralização e de fragmentação das responsabilidades e iniciativas.<sup>8</sup>

Pelo contrário, em França, uma importante descentralização transferiu uma parte significativa das responsabilidades e do peso do estado providência para as autarquias locais e as regiões, responsabilizando-as para as encorajar a enveredar por esta nova política.<sup>9</sup>

De facto, as preocupações dos poderes locais tinham mudado em relação ao período precedente: desemprego e crise das finanças locais tinham-se tornado os dois principais problemas. Era preciso desenvolver o emprego, melhorar os recursos e fazer economias. Isto traduziu-se no plano da política urbana por duas orientações principais: atrair novas actividades económicas e investimentos imobiliários, reformar a gestão dos assuntos públicos.

Daí resulta agora uma espécie de urbanismo concorrencial sujeito à melhor oferta (Noisette 1990): entre as autarquias locais, ganhará aquela que oferecer mais para atrair os investimentos.<sup>10</sup>

Alguns consideram que o máximo de "liberalismo" rima com o máximo de atractividade, dando origem 2 excessos manifestos.<sup>11</sup>

Assiste-se também a tentativas por vezes desordenadas para atrair as novas actividades económicas portadoras de novas tecnologias.

---

<sup>7</sup> Este fenómeno de regresso às antigas teses - a supremacia do mercado e da concorrência sobre a organização, o primado da oferta e do lucro sobre a procura e o social exprime-se também noutros domínios e sob outras formas, em particular na arquitectura e no urbanismo, com a redescoberta "pós-moderna" (ao modo de CH. Jenks) de referências antigas e "vernáculos", ou com o regresso à cidade europeia (L. Krier, por exemplo).

Esta aceitação da expressão "pósmoderna" é sensivelmente diferente da de Lyotard, que descreve a emergência de uma nova sociedade, marcada nomeadamente pelo desmoronamento dos "grandes discursos" e pela crise dos grandes modelos de referência.

<sup>8</sup> Analisando esta política, Tim Brindley, Yvonne Rydin e Gerry Stoker falam de "fragmentação da planificação urbana" e identificam, através de estudos de casos sobre os anos 1970-1980 seis tipos diferentes que combinam de maneira diversa objectos e agentes (privados ou públicos) da planificação: "Regulative planning" (planificação urbana tradicional), "Trend planning" ("seguidista" do desenvolvimento espontâneo), "Popular planning" "leverage planning" (que tem por objecto estimular o mercado), "Public investment planning" e "Private - management planning".

<sup>9</sup> A descentralização visa, obviamente, "democratizar" a gestão dos assuntos locais. Um processo provavelmente bastante longo e complexo foi então iniciado, não deixando de colocar problemas diversos tanto ao Estado como às autarquias locais. B. Goodchild analisa, por sua vez, a descentralização em França como uma adaptação pós-fordiana do Estado, isto é, uma maneira de tornar o Estado (do qual fazem parte as autarquias locais) mais eficaz, uma racionalização pela desconcentração dos aparelhos, e não como o desenvolvimento de uma democracia cada vez mais participativa (Goodchild 1990). Reciprocamente, outros autores ingleses consideram que a política de Thatcher não desenvolveu uma "desplanificação" mas, ao contrário, tentou promover um outro tipo de planificação urbana, entendida como uma forma de articulação entre o Estado e o mercado (Brindley, Rydin, Stoker, 1989).

<sup>10</sup> M. P. Smith (1988) refere que, nos Estados Unidos, estas exonerações e estes financiamentos de infra-estruturas de acolhimento são, sobretudo, muito caros para as autarquias locais das zonas com maiores dificuldades. Sublinha, por outro lado, a partir de diversos relatórios, que este tipo de incitação (em particular as "zonas de empresas") parece ter êxito sobretudo nas zonas

em desenvolvimento do denominado "Sunbelt" e muito menos nas zonas mais deprimidas do "Snowbelt"...

<sup>11</sup> Excessos sobre os quais o relatório do Seminário da Comissão Económica para a Europa da ONU - realizado em 1989 na Grã-Bretanha, a convite do governo britânico - se permite, muito diplomaticamente, chamar a atenção: "Se a desregulamentação for demasiado longe, pode ser difícil prever as consequências gerais e a qualidade ambiental corre o risco de se deteriorar. Convém estabelecer um equilíbrio entre a flexibilidade que permite a adaptação à mudança e a parte de verificação necessária para garantir a qualidade do desenvolvimento" (ONU-CEE 1990).

Florescem assim diversos tipos de zonas industriais, geralmente denominadas "tecnópoles", dispendo de diversos equipamentos susceptíveis de atrair os investidores.<sup>12</sup>

O "market-led planning" (a direcção da planificação pelo mercado), no qual a parte do "planning" nem sempre é evidente..., conheceu, numa primeira fase, alguns êxitos, principalmente nas novas zonas de desenvolvimento (sunbelts e outras regiões de localização das novas tecnologias), sob a forma de criação de novas actividades, de operações imobiliárias de grande amplitude e de criação de postos de trabalho.

Mas fazer a cidade é algo diferente e, de facto, emergem já claramente os limites de um urbanismo limitado a estes princípios.

A tal ponto que, na Grã-Bretanha, por exemplo, chegamos a ver um dos mais importantes "empreendedores" privados reclamar para Londres um Plano Director<sup>13</sup>, preocupado com a anarquia e o estrangulamento da capital e com a insuficiência dos equipamentos públicos.

Em França, é o governo socialista que se preocupa com a insuficiente solidariedade das autarquias locais, tanto entre elas (fraquíssima cooperação intermunicipal, em particular nas grandes aglomerações) como no seio das próprias cidades (a nova Délégation Interministérielle à la Ville é então encarregada de encorajar as autarquias locais a desenvolver políticas urbanas mais sociais).<sup>14</sup>

#### O período neo-liberal: um período de transição?

Este neo-liberalismo – que pôs em causa os modelos de referência e de funcionamento da sociedade "moderna" e do período de crescimento dos anos 1950-1970, redescobriu os valores do "mercado" e o primado do indivíduo e preconizou simultaneamente uma desregulamentação e uma descentralização – vai abrir uma "nova era", a da pós-modernidade"?

Para Harvey (1989), não passa de uma metamorfose do capitalismo.<sup>15</sup>

Para Cooke (1990), a "pósmodernidade" é certamente uma forma da modernidade, mas mais elaborada, porque admite e tem em conta a diversidade e a irredutibilidade do local.

Pela nossa parte, não entraremos neste debate sobre a pós-modernidade, actualmente tão vivo entre os anglo-saxónicos; mas, na falta de um conceito que tenha em conta o novo contexto, preferiríamos o de "pós-fordismo", que nos parece mais adaptado, por ter em conta as mudanças operadas.

Este conceito, desenvolvido sobretudo pelo que se denominou por "École Régulationniste Française" (Boyer 1986), descreve o período dos anos oitenta como um

---

<sup>12</sup> Mas estas zonas, fazem também lembrar, por vezes, o culto do carregamento praticado por tribos primitivas, as quais, ao verem aviões carregados de mercadorias aterrar em aeroportos, constroem em pleno mato pistas de terra e torres de comando de madeira, na esperança que um dia os deuses-aviões venham a aterrar aí!

<sup>13</sup> O empresário Stuart Lipton, que controla a Syanhope Properties, um dos principais actores da construção em Londres, lamenta a falta de planificação estratégica e reclama um "Master Plan" para a capital britânica (Thomas 1990).

<sup>14</sup> Sobre o conservadorismo das autarquias locais, ver também Brindley, Rydin e Stoker (1989), bem como os movimentos ecologistas do tipo "NIMBY" (Not In My Back-Yard), que estão no extremo oposto dos movimentos "verdes" do tipo alternativo alemão. Evidentemente, a noção de interesse geral outrora desenvolvida em torno da noção de Estado-Providência (Welfare State) foi fortemente perturbada pelo regresso neo-liberal, que devolve a honra ao Estado Polícia e Caridoso.

A isto acresce o facto que, no contexto do desenvolvimento do "local", os planificadores locais assimilam o interesse geral ao interesse colectivo local, enquanto os peritos centrais fazem referência ao interesse geral em nome de uma motivação superior, oposta aos interesses particulares (Offner, 1989).

<sup>15</sup> Bauman (citado por Thomas, 1990) descreve assim a interpretação neo-liberal da pós-modernidade: a liberdade torna-se uma escolha do consumidor, a diversidade legítima o mercado, a tolerância degenera em indiferença.

período de transição entre, por um lado, formas de organização da produção e do consumo fordistas e regras de tipo keynesiano, e, por outro lado, formas dominadas por novas actividades económicas, novas tecnologias, novas maneiras de produzir, de consumir, novas maneiras de regular a sociedade no seu conjunto.

Considerar estes anos como um período de transição permite sair de certos debates e escapar a oposições estéreis.

Isto permite orientar o olhar e a análise sobre o que germina e talvez seja inovador e anunciador.

Isto leva também a considerar que o período ultra-liberal pôde funcionar como uma "purga" do sistema precedente.

A purga foi mais ou menos violenta e administrada com maiores ou menores precauções, consoante os países. São raros os que encontraram tratamentos muito moderados e muito progressivos. Mas alguns deles esforçaram-se mais que outros para atenuar os efeitos nas categorias sociais e nas regiões mais desfavorecidas.

Mas também é claro que o excesso desta purga poderia ter consequências muito graves.

Os responsáveis políticos de numerosos países parecem tomar consciência disso, bem como os decisores urbanos em busca de novas abordagens, susceptíveis de adaptar os processos de planificação e de gestão das cidades a este novo contexto pós-fordiano.

### 3. O surto do urbanismo estratégico e decisivo

Por sua vez, Faludi (1988) considera que a planificação não representa necessariamente um interesse superior e que, por isso, é necessário manipular com precaução esta noção de interesse geral.

O contexto pós-fordiano é marcado pelo desenvolvimento das novas tecnologias da informática e da comunicação que tornam possíveis mudanças estruturais nas maneiras de produzir e de consumir.

As performances das actividades económicas dependem, de facto, da sua capacidade:

- para responder depressa a necessidades variadas e em mudança;
- para se posicionar em mercados em que a concorrência se joga cada vez mais à escala internacional e em termos de qualidade;
- para dispor de assalariados muito qualificados e para os conservar.

Neste contexto, as empresas evitam as unidades de produção demasiado grandes, procuram reduzir os seus custos diminuindo as imobilizações (stocks) e funcionando com fluxos tensos ("just in time"), tentam encontrar parceiros locais estáveis e competentes e concentram as suas actividades principais que assumem uma importância crescente.

Assiste-se a recomposições espaciais complexas de uma cidade para outra ou no interior das grandes aglomerações.

Por um lado, as sedes das grandes empresas reúnem à sua volta numerosas actividades; por outro, assiste-se, em certos casos, ao reaparecimento de uma espécie de "distritos industriais" (Scott e Storper) neo-urbanos, com uma certa desconcentração das produções (das unidades de dimensão média), mas com uma integração espacial de múltiplos subcontratantes.

A este fenómeno junta-se geralmente o do desenvolvimento de toda a espécie de serviços que se tornam a envolvente obrigatória das novas actividades.

Daí resulta globalmente uma renovação de interesse das indústrias pelas localizações urbanas e intra-metropolitanas, as únicas susceptíveis de oferecer um tecido denso e próximo de subcontratantes e prestadores de serviços.

Inversamente, graças ao desenvolvimento das telecomunicações, certas actividades pouco qualificadas do terciário podem ser localizadas na periferia: por exemplo, a dactilografia e a recolha de dados podem estar distantes de 100, 500 ou 5000 km dos sítios onde as produções são concebidas, realizadas ou comercializadas.

Estas novas formas de organização e de cooperação das empresas inscrevem-se no desenvolvimento de parcerias diversas entre agentes privados, que são igualmente "excepções" relativamente duráveis à coordenação pelo mercado (Eymard-Duvernay 1989).

A qualidade do meio envolvente local, a sua acessibilidade e a sua estabilidade tornam-se, pois, variáveis decisivas para a localização e para o desenvolvimento destas novas indústrias... e para garantir a sua flexibilidade.

Isto significa a inscrição num tecido económico denso e variado, com numerosas pequenas e médias empresas, dinâmicas e susceptíveis de participarem nestas novas parcerias.

O novo contexto de organização das actividades económicas atribui também um lugar cada vez mais importante à "gestão dos recursos humanos". Atrair trabalhadores qualificados, oferecer-lhes perspectivas profissionais de médio e longo prazo, ter em conta a evolução das suas necessidades pessoais, adaptá-los às técnicas sempre em renovação, reciclá-los quando necessário, tudo isto deixou de ser uma função anexa de uma direcção do pessoal, passando a ser uma função estratégica e decisiva.

Do mesmo modo, se os industriais esperam que uma cidade ofereça um meio denso e variado, esperam igualmente que aqueles que nele trabalham se sintam particularmente bem dentro dela.

Daí a importância:

- da qualidade residencial;
- dos equipamentos e serviços educativos, culturais desportivos e comerciais;
- dos sistemas de transportes;
- do meio envolvente, da qualidade do ar, da água e do universo sonoro.

Para atingir isto é absolutamente necessária uma "certa" planificação urbana, porque, como é evidente, o aumento dos preços dos terrenos, a localização selvagem das actividades, a insuficiência das infra-estruturas públicas, a degradação das zonas urbana populares, o regresso da penúria de alojamentos em certas zonas, etc., depressa conduziriam à asfixia das cidades que se remetessem ao liberalismo mais puro.<sup>16</sup>

Novamente, a porta pode ser estreita entre a planificação urbana que ameaça gerar os seus próprios fins e a sua própria burocracia, e o mercado que tende a evacuar todo e qualquer interesse geral, que não seja compreendido como a soma dos interesses particulares.

Este dilema ultrapassa, evidentemente, a planificação urbana. É toda a concepção da regulação dentro do nosso sistema económico e social que está em causa.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> É claro que as problemáticas da planificação urbana correspondem geralmente a períodos de crescimento e que, inversamente, como escreve F. Fourquet (1980) "crescimento zero = poder zero". Efectivamente, com o regresso do crescimento assiste-se também ao regresso do crescimento urbano (mas, obviamente, sob formas algo renovadas: re-metropolização, polarizações e densificação) e ao regresso dos problemas e problemáticas que lhe estão associadas (os excessos e "desperdícios" do crescimento).

<sup>17</sup> Mas é interessante que esta questão se coloque de novo nestes termos.

Outrora, os defensores do mercado opunham-se aos defensores da planificação (sob modalidades variáveis, como testemunha a História da Planificação Nacional em França, Fourquet 1980; Rousso 1987).

Actualmente, é a procura e a indeterminação de um ponto intermédio entre o mercado e o urbanismo liberal, por um lado, e a

Concluindo, é necessário insistir no facto que as novas maneiras de abordar a planificação urbana surgiram, sobretudo, de um novo contexto económico que modifica simultaneamente as "necessidades urbanas" das empresas e as formas de regulação colectiva garantidas pelos poderes públicos.

Agradecemos à Sociedade e Território e ao Prof. François Ascher pela autorização que gentilmente nos deram para publicar a versão portuguesa deste artigo, constante em francês no número 13 da Sociedade e Território.

\*Prof. François Ascher, Professor no Instituto de Urbanismo de Paris.  
Tradução: Carlos Brito.

---

planificação e o urbanismo normativo, por outro, que cria a riqueza do debate e abre potencialidades para um novo tipo de urbanismo.

Apesar de, por exemplo em França, no final dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, se ter desenvolvido uma planificação económica nacional muito viva, que tinha explorado vias intermédias, nomeadamente com os conceitos de "planificação indicativa" e "incitadora".